

RUI SOARES PEREIRA

**A Responsabilidade  
por Danos Não Patrimoniais  
do Incumprimento  
das Obrigações  
no Direito Civil Português**



Coimbra Editora

	Págs.
NOTA PRÉVIA .....	5
PLANO GERAL .....	7
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	9

## INTRODUÇÃO

§ 1. Delimitação do objecto da investigação .....	13
§ 2. Relevo dogmático e prático do tema .....	24
§ 3. Plano da dissertação.....	29

## PARTE I

### TERMINOLOGIA

§ 1. Razão de ser .....	33
§ 2. Responsabilidade obrigacional vs. Responsabilidade contratual.....	33
§ 3. Incumprimento das obrigações .....	34
§ 4. Dano .....	41
§ 5. Dano não patrimonial contratual vs. Dano não patrimonial resultante do incumprimento das obrigações .....	44

## PARTE II

### PERFIL HISTÓRICO-COMPARATÍSTICO DA REPARAÇÃO DE DANOS NÃO PATRIMONIAIS

§ 1. Generalidades .....	49
§ 2. Perfil histórico .....	49
2.1. Direito Romano .....	49
2.1.1. Generalidades.....	49
2.1.2. A lei das XII Tábuas e a <i>Lex Aquilia</i> .....	55
2.1.3. Tipologia das <i>actiones</i> mais representativas .....	55
2.1.3.1. <i>Actiones bonum et aequum conceptae</i> .....	56
2.1.3.2. <i>Actiones</i> com fórmula <i>quantia ea res est</i> .....	59

	Págs.
2.1.3.3. <i>Actiones</i> com fórmula <i>eius condemnna</i> .....	62
2.1.4. Posição assumida.....	64
2.2. Direito Intermédio.....	69
2.2.1. Generalidades.....	69
2.2.2. Voluntarismo ético-cristão.....	69
2.2.3. Intelectualismo de GRÓCIO.....	71
2.2.4. Voluntarismo laico de PUFENDORF e WOLFF.....	73
2.2.5. POTHIER.....	74
2.3. Direito Português anteriormente vigente.....	75
2.3.1. Pré-codificação portuguesa.....	75
2.3.2. Código Civil de 1867.....	80
2.3.2.1. Generalidades e justificação da metodologia.....	80
2.3.2.2. Ambiente doutrinário.....	81
2.3.2.3. Subsídios da jurisprudência.....	100
§ 3. Perfil comparatístico.....	110
3.1. Direito Francês.....	110
3.1.1. Em geral.....	110
3.1.2. Do incumprimento das obrigações.....	115
3.2. Direito Espanhol.....	119
3.2.1. Em geral.....	119
3.2.2. Do incumprimento das obrigações.....	123
3.3. Direito Alemão.....	127
3.3.1. Em geral.....	127
3.3.2. Do incumprimento das obrigações.....	133
3.4. Direito Italiano.....	134
3.4.1. Em geral.....	134
3.4.2. Do incumprimento das obrigações.....	146
3.4.2.1. O <i>Codice Civile</i> de 1865.....	147

	Págs.
3.4.2.2. O <i>Codice Civile</i> de 1942.....	150
3.4.2.2.1. Orientações tradicionais.....	151
3.4.2.2.2. Orientações actuais.....	156

## PARTE III

O PROBLEMA DA REPARAÇÃO  
DOS DANOS NÃO PATRIMONIAIS

§ 1. Generalidades.....	167
§ 2. Visão patrimonialística.....	169
2.1. Do Direito Civil.....	169
2.1.1. As situações jurídicas não patrimoniais.....	169
2.1.2. O «poder heurístico» do património.....	176
2.2. Do Direito das Obrigações.....	180
2.2.1. Generalidades.....	180
2.2.2. A questão da patrimonialidade da prestação.....	181
2.2.3. Posição assumida.....	190
§ 3. Solidariedade unidireccional.....	192
3.1. Generalidades.....	192
3.2. Afirmção e desenvolvimento da solidariedade.....	192
3.3. Evolução histórica da responsabilidade civil.....	195
3.3.1. Em geral.....	195
3.3.2. Na responsabilidade obrigacional.....	206
3.4. Posição assumida.....	213
§ 4. Incompatibilidade do Direito Civil com vertente preventiva-punitiva da responsabilidade civil.....	216
§ 5. Flutuação terminológica e conceptual de dano não patrimonial.....	227
5.1. Flutuação terminológica.....	227
5.2. Flutuação conceptual.....	228
5.2.1. Disparidade de concepções acerca do dano em geral e do dano não patrimonial.....	228

5.2.2. Posição assumida.....	Págs. 236
§ 6. Solução acolhida no artigo 496.º, n.º 1, do Código Civil Português .....	237

## PARTE IV

**A RESPONSABILIDADE POR DANOS  
NÃO PATRIMONIAIS DO INCUMPRIMENTO  
DAS OBRIGAÇÕES NO DIREITO PORTUGUÊS VIGENTE**

§ 1. Generalidades .....	249
§ 2. Posições ensaiadas .....	249
2.1. Posições desfavoráveis .....	250
2.2. Posições intermédias .....	252
2.3. Posições favoráveis .....	253
2.3.1. Primeiras respostas positivas de VAZ SERRA, PESSOA JORGE e GALVÃO TELLES .....	253
2.3.2. Primeira tentativa de tratamento dogmático dá questão por PINTO MONTEIRO .....	254
2.3.3. Contributo dogmático de MARIA MANUEL VELOSO .....	257
2.3.4. Outras posições.....	266
§ 3. Proposta de reconstrução dogmática da questão .....	267
3.1. Generalidades.....	267
3.2. Bases metodológicas da reconstrução .....	268
3.2.1. «Lacuna voluntária» ou «lacuna involuntária»? .....	268
3.2.2. As integrações possíveis de uma «lacuna involuntária» .....	274
3.2.2.1. «Lacuna patente» ou «lacuna oculta»?.....	274
3.2.2.2. A integração de uma «lacuna patente» .....	276
3.2.2.3. A integração de uma «lacuna oculta» .....	280
3.2.3. As superações possíveis de uma «lacuna voluntária» .....	281
3.2.4. Posição assumida.....	282
3.3. Pressupostos dogmáticos da reconstrução .....	283
3.3.1. O sentido da distinção entre a responsabilidade obrigacional e a responsabilidade delitual e a equiparação de pressupostos .....	283
3.3.2. O concurso de imputações .....	289

3.4. Levantamento na jurisprudência de algumas hipóteses de reparação .....	Págs. 294
3.4.1. Generalidades e identificação .....	294
3.4.2. Ponderação das questões envolvidas nessas hipóteses .....	297
3.4.2.1. Área da saúde. Responsabilidade médica .....	297
3.4.2.2. Arrendamento habitacional .....	300
3.4.2.3. Prestação de serviços .....	302
3.4.2.4. Empreitada .....	303
3.4.2.5. Compra e venda e dação em cumprimento.....	305
3.4.2.6. Distribuição .....	307
3.4.2.7. <i>Culpa in vigilando</i> , depósito bancário e transporte .....	308
3.4.2.8. Lazer e férias .....	309
3.5. Razões para admitir a reparação de danos não patrimoniais decorrentes do incumprimento das obrigações .....	312
3.6. Critérios possíveis de conexão .....	313
3.7. Disciplina jurídica de reparação aplicável .....	318
3.7.1. Generalidades.....	318
3.7.2. Selecção dos danos não patrimoniais e fixação do quantum indemnizatório .....	320
3.7.2.1. Generalidades.....	320
3.7.2.2. Aplicação da disciplina do artigo 496.º do Código Civil .....	322
3.7.2.3. Não aplicação da disciplina do artigo 496.º do Código Civil .....	323
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	327
BIBLIOGRAFIA .....	335